

Momento Decisivo para Todas as Nações

Declaração da Comunidade Internacional Bahá'í
por ocasião do quinquagésimo aniversário da Organização das Nações Unidas

"A unificação da humanidade inteira é a etapa distintiva da qual a sociedade humana atualmente se aproxima. A unidade da família, a da tribo, a da cidade-estado e a da nação foram sucessivamente tentadas e completamente estabelecidas. A unidade do mundo é agora a meta em direção à qual a humanidade aflita se encaminha. O processo de formar nações já chegou ao fim. A anarquia inerente à soberania estatal aproxima-se de um clímax. Um mundo em amadurecimento deve abandonar esse fetiche, reconhecer a unidade e a universalidade das relações humanas e estabelecer de uma vez por todas o mecanismo que melhor possa concretizar este princípio fundamental da sua vida."

Shoghi Effendi, 1936

I. Visão geral: Uma oportunidade para reflexão

O século 20, um dos períodos mais tumultuados da história humana, foi marcado por numerosas convulsões, revoluções e rompimentos radicais com o passado. Estendendo-se desde o colapso do sistema colonialista, e dos grandes impérios do século 19, até a ascensão e queda das vastas e desastrosas experiências totalitárias, inspiradas no fascismo e no comunismo, alguns desses levantes foram extremamente destrutivos, envolvendo a morte de milhões de pessoas, o fim de antigos estilos de vida e tradições, e o colapso de instituições honradas pelo tempo.

Outros movimentos e tendências foram mais obviamente positivos. As descobertas científicas e as novas idéias na área das ciências sociais estimularam muitas transformações econômicas, culturais e sociais de natureza progressista. O caminho está aberto para novas definições de direitos humanos e afirmações da dignidade pessoal, para oportunidades ampliadas de realização individual e coletiva, e para novas e audazes vias de avanço do conhecimento e da consciência humanos.

Esses processos gêmeos – o colapso das velhas instituições por um lado e, por outro, o florescer de novos modos de pensamento – são provas de uma clara tendência que vem ganhando ímpetu durante os últimos cem anos: a tendência rumo à crescente interdependência e integração da humanidade.

Essa tendência pode ser observada em uma variada gama de fenômenos, desde a fusão dos mercados financeiros mundiais, que por sua vez refletem a dependência humana em relação às fontes diversas e interdependentes de energia, alimentos, matérias-primas, tecnologia e conhecimento, até a construção de sistemas de comunicações e transportes em nível global. Ela se reflete na compreensão científica da biosfera interconectada da Terra, que por sua vez deu uma nova urgência à necessidade de coordenação global. Ela se manifesta, embora de modo destrutivo, na capacidade dos modernos sistemas de armamentos, que gradualmente aumentaram seu poder a tal ponto que agora é possível a alguns poucos homens promover a extinção da civilização humana. É a consciência universal dessa tendência -- tanto em sua expressão construtiva como na destrutiva -- que confere tanta pungência à conhecida fotografia da Terra como uma rodopiante esfera de azul e branco contra o negrume infinito do espaço, uma imagem que cristaliza a percepção de que somos um só povo, rico em diversidade, habitando um lar comum.

Essa tendência também se reflete nos esforços constantes das nações do globo para forjar um sistema político mundial que possa assegurar à humanidade a possibilidade de paz, de justiça e de prosperidade. Por duas vezes neste século a humanidade tentou criar uma nova ordem internacional. Cada tentativa procurou abordar o reconhecimento emergente da interdependência global, embora ainda preservando intacto um sistema que coloca a soberania do Estado acima de tudo o mais. Na perspectiva do século que agora chega ao fim, a Liga das Nações, um avanço súbito do conceito de segurança coletiva, deu o primeiro passo decisivo em direção a uma ordem mundial.

O segundo esforço, nascido do cataclismo da Segunda Guerra Mundial e baseado em uma

Carta esboçada principalmente pelos vencedores daquela conflagração, já há cinquenta anos proporciona um foro internacional de última instância, uma instituição única que se ergue como o nobre símbolo dos interesses coletivos da humanidade como um todo.

Como uma organização internacional, a ONU tem demonstrado a capacidade da humanidade para trabalhar em ação conjuntamente nas áreas da saúde, agricultura, educação, proteção ambiental e o bem-estar da criança. Ela afirmou nossa vontade moral coletiva de

construir um futuro melhor, evidenciada pela ampla adoção dos acordos internacionais sobre direitos humanos. Revelou a compaixão profundamente arraigada da raça humana, evidenciada pela doação de recursos financeiros e humanos na assistência aos necessitados. E nos importantíssimos domínios da construção da paz e da sua manutenção, a ONU desbravou um caminho corajoso, rumo a um futuro sem guerras. 1

Contudo, os objetivos gerais esboçados na Carta das Nações Unidas mostraram-se difíceis de serem alcançados. Apesar das altas esperanças de seus fundadores, a criação da ONU há cinquenta anos não abriu as portas para uma era de paz e prosperidade para todos. 2

Ainda que a ONU tenha certamente desempenhado o seu papel na prevenção da terceira guerra mundial, ainda assim a última meia década foi marcada por numerosos conflitos locais, nacionais e regionais, que custaram milhões de vidas. Tão logo o melhor relacionamento entre as duas superpotências eliminara a motivação ideológica para esses conflitos, as paixões étnicas e sectárias há muito latentes, vieram à tona como uma nova fonte de conflagração. Além disso, embora o fim da Guerra Fria tenha reduzido a ameaça de uma guerra global terminal, continuam a existir os instrumentos e as tecnologias -- e, até certo ponto, as paixões subjacentes -- que podem provocar a destruição de todo o planeta.

Também quanto às questões sociais, persistem graves problemas. Embora se tenha alcançado novos níveis de consenso sobre programas globais para a promoção da saúde, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, a situação social em muitas regiões do mundo se deteriorou. A alarmante proliferação do racismo militante e do fanatismo religioso, o crescimento canceroso do materialismo, o avanço epidêmico do crime e da criminalidade organizada, o aumento generalizado da violência gratuita, a crescente disparidade entre ricos e pobres, as persistentes iniquidades enfrentadas pelas mulheres, a ruptura dos laços entre as gerações, causada pelo desmoronamento da vida familiar, os excessos imorais do capitalismo desenfreado e o crescimento da corrupção política -- tudo isso evidencia a deterioração social. Um bilhão de pessoas, pelo menos, vivem em abjeta pobreza e mais de um terço da população do mundo é analfabeta. 3

À medida que os processos gêmeos de colapso e renovação conduzem o mundo para algum tipo de desenlace, o quinquagésimo aniversário da ONU oferece-nos uma boa oportunidade para uma pausa e uma reflexão sobre como a humanidade poderá enfrentar coletivamente seu futuro. Na verdade, nos últimos anos emergiu uma vasta gama de propostas úteis quanto ao fortalecimento da ONU e aprimoramento de sua capacidade de coordenar as respostas das nações a esses desafios.

Essas propostas se classificam, grosso modo, em três categorias. Um grupo trata basicamente dos problemas burocráticos, administrativos e financeiros no sistema da ONU. Outro grupo compreende as sugestões para reconfigurar órgãos como o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela e as instituições econômicas de Bretton Woods. O terceiro grupo propõe realizar mudanças na estrutura política da ONU, pedindo, por exemplo, a expansão do Conselho de Segurança e/ou um reexame da própria Carta das Nações Unidas. 4

A maioria desses trabalhos são construtivos; alguns, também instigantes. Entre eles, um dos mais equilibrados e ponderados, é o relatório da Comissão de Governança Global, intitulado "Nossa Vizinhança Global", que argumenta a favor de uma ampla adoção de novos valores bem como de reformas estruturais no sistema da ONU. 5

É no intuito do espírito de contribuir para o crescente debate e consulta sobre esse assunto de primordial importância, que a Comunidade Internacional Bahá'í vem compartilhar suas idéias. Nossa perspectiva está baseada em três proposições iniciais.

Primeiro, as discussões sobre o futuro da ONU devem ocorrer dentro do amplo contexto da evolução da ordem internacional e seus rumos. A ONU evoluiu em paralelo com outras grandes instituições do final do século 20. É em seu conjunto que essas instituições irão definir a evolução da ordem internacional -- e por ela serão configuradas. Portanto, a missão, o papel, os princípios operacionais e mesmo as atividades da ONU só devem ser examinados à luz de sua adequação ao objetivo mais amplo da ordem internacional.

Segundo, uma vez que o conjunto da humanidade é uno e indivisível, cada membro da raça humana nasce neste mundo como um guardião do todo. Esse relacionamento entre o individual e o coletivo constitui o fundamento moral da maioria dos direitos humanos que os instrumentos da ONU estão tentando definir. Ele também serve para definir um propósito maior da ordem internacional, ao estabelecer e preservar os direitos do indivíduo.

Terceiro, o debate sobre o futuro da ordem internacional deve envolver e arrebatar toda a humanidade. Esse debate reveste-se de tal importância que não pode confinar-se aos líderes -- sejam eles de governos, empresas, comunidade acadêmica, religiões ou organizações da sociedade civil. Pelo contrário, as conversações devem engajar as mulheres e homens ao nível popular. A ampla participação irá fortalecer o processo, ao elevar a percepção de uma cidadania mundial e aumentar o apoio a uma ordem internacional ampliada.

II. O reconhecimento do contexto histórico:

Um apelo aos líderes do mundo

A Comunidade Internacional Bahá'í vê o tumulto no mundo e o estado calamitoso das questões pertinentes à humanidade como uma fase natural de um processo orgânico que leva, última e irrevogavelmente, à unificação da raça humana em uma única ordem social cujas fronteiras são o próprio planeta.

A raça humana, enquanto unidade distinta e orgânica, tem passado por estágios evolucionários análogos aos estágios de bebê e de criança na vida de seus membros individuais, e atravessa agora o período culminante de sua turbulenta adolescência, aproximando-se do tão aguardado ingresso na maioridade. 6 O processo de integração global, já uma realidade no campo dos negócios, finanças e

comunicações, está começando a se materializar na arena política.

Historicamente, esse processo foi acelerado por acontecimentos súbitos e catastróficos.

Foi a devastação da Primeira e Segunda Guerras Mundiais que fez nascer respectivamente a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas. Se as futuras conquistas também serão alcançadas depois de horrores inimagináveis, como o daquelas duas guerras, ou se serão adotadas através de um ato de vontade consultiva, é a escolha que se apresenta a todos os habitantes da Terra. A omissão em agir de modo decisivo configuraria uma inconcebível irresponsabilidade.

Visto que a soberania pertence, no presente momento, ao Estado-Nação, a tarefa de determinar a exata arquitetura da ordem internacional emergente é uma obrigação que recai sobre os chefes de Estado e com os governos. Apelamos aos líderes, em todos os níveis, para que assumam um papel decisivo no apoio a uma convocação das lideranças mundiais antes da virada deste século, com o objetivo de considerar as formas como a ordem internacional poderia ser redefinida e reestruturada, para que possa enfrentar os desafios que se apresentam ao mundo. Como alguns sugeriram, esse encontro poderia ser chamado de Cúpula Mundial sobre a Governança Global. 7

Essa reunião de cúpula poderia ter como base a experiência adquirida a partir das bem sucedidas conferências da ONU realizadas no início dos anos 90. Essas conferências, que incluíram a Cúpula Mundial da Criança em 1990, a ECO-92, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1993, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em 1994, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em 1995 e a Quarta Conferência Mundial da Mulher em 1995, estabeleceram uma nova metodologia no que se refere às deliberações globais concernentes à temas sensíveis.

Uma chave para o sucesso dessas deliberações tem sido a participação substantiva das organizações da sociedade civil. As laboriosas negociações entre as delegações governamentais, acerca das mudanças nas estruturas políticas, sociais e econômicas do mundo, foram assessoradas e configuradas pelo vigoroso envolvimento dessas organizações, que tendem a refletir as necessidades e preocupações ao nível popular. Também é significativo que em cada caso, a reunião dos líderes mundiais, na presença da sociedade civil e da mídia global, conferiu o selo da legitimidade e do consenso aos processos da conferência.

Ao se prepararem para a cúpula proposta, os líderes mundiais deveriam ter a sabedoria de levar em conta essas lições, para alcançar o círculo mais amplo possível e assegurar a boa vontade e o apoio dos povos do mundo.

Alguns temem que as instituições políticas internacionais evoluam inevitavelmente para uma centralização excessiva e formem uma injustificada camada burocrática. É preciso afirmar de modo explícito e vigoroso que quaisquer novas estruturas de governança global deverão assegurar, tanto por princípio quanto pela praticabilidade, que a responsabilidade pela tomada de decisões permanecerá nos níveis apropriados. 8

Alcançar o equilíbrio correto talvez nem sempre seja fácil. Por um lado, o desenvolvimento genuíno e o real progresso só podem ser alcançados pelas próprias pessoas, agindo individual e coletivamente, em resposta às preocupações e necessidades específicas de seu tempo e lugar. Pode-se argumentar que a descentralização governamental é uma condição sine qua non do desenvolvimento. 9 Por outro lado, a ordem internacional exige claramente um certo grau de direção e coordenação globais.

Portanto, de acordo com os princípios da descentralização esboçados acima, as instituições internacionais deveriam ter a autoridade para agir apenas nos assuntos de interesse internacional, nos quais os Estados não podem agir por conta própria ou interferir para a preservação dos direitos dos povos e países-membros. Todos os outros assuntos seriam relegados às instituições nacionais e locais. 10

Além disso, ao projetar o arcabouço específico da futura ordem internacional, os líderes deveriam pesquisar uma ampla gama de abordagens para o governo. Em vez de configurá-la segundo qualquer um dos sistemas reconhecidos de governo, a solução deve incorporar, reconciliar, e assimilar em seu arcabouço, todos os elementos desejáveis, tais como são encontrados em cada sistema.

Por exemplo, um dos modelos de governo testados pelo tempo que pode acomodar a diversidade mundial dentro de um arcabouço unificado é o sistema federativo. O federalismo mostrou-se eficaz na descentralização da autoridade e da tomada de decisões em países grandes, complexos e heterogêneos, ao mesmo tempo em que mantinha um grau de unidade e estabilidade geral. Outro modelo digno de exame é a Commonwealth (Comunidade de nações), que ao nível global colocaria o interesse do todo acima do interesse de qualquer nação individual.

Deve-se tomar um cuidado extraordinário ao projetar a arquitetura da ordem internacional para que ela, com o passar do tempo, não degenerem em alguma forma de despotismo, oligarquia ou demagogia, corrompendo a vida e os instrumentos de suas instituições políticas.

Em 1955, durante a revisão da primeira década da Carta das Nações Unidas, a Comunidade Internacional Bahá'í ofereceu uma declaração à ONU, baseada em idéias articuladas quase um século antes por Bahá'u'lláh. "O conceito Bahá'í de ordem mundial é definido nestes termos: Um Supra-Estado mundial, a cuja autoridade todas as nações do mundo cederão de boa vontade todo e qualquer direito de fazer guerra, certos direitos de cobrar impostos e todos os direitos de possuir armamentos além do necessário para a manutenção da ordem interna nos respectivos domínios. Tal Estado incluiria dentro de sua órbita um Executivo Internacional, capaz de exercer autoridade suprema e indiscutível sobre qualquer membro recalcitrante da Comunidade; um Parlamento Mundial, cujos membros seriam eleitos pelos povos nos seus respectivos países e cuja eleição seria confirmada pelos respectivos governos; e um Supremo Tribunal, cujas decisões teriam efeito compulsório, mesmo no caso das partes envolvidas não concordarem em submeter voluntariamente as questões à sua consideração." 11

Embora acreditemos que esta fórmula de governança global seja a última salvaguarda e o inevitável destino da humanidade, reconhecemos que ela representa uma imagem de longo prazo da sociedade global. Dada a natureza premente do atual estado de coisas, o mundo exige estratégias corajosas, práticas e factíveis que vão além de inspiradoras visões do futuro. Em todo caso, ao focalizar um conceito inevitável, uma direção clara e consistente para a mudança evolucionária emerge do pântano de visões e doutrinas contraditórias.

III. A definição do papel da ONU na ordem internacional emergente

A ONU era a peça central do sistema internacional criado pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, e durante as longas décadas de conflito ideológico entre Leste e Oeste, serviu seu propósito original de fóro para o diálogo internacional. Ao longo dos anos, seu mandato expandiu-se e incluiu não só o estabelecimento de padrões internacionais e a promoção do desenvolvimento social e econômico como também as operações de manutenção da paz em vários continentes.

No mesmo período, a realidade política mundial experimentou uma dramática transformação.

Na época da criação da ONU, havia cerca de cinquenta países independentes. Esse número cresceu e hoje excede 185. Ao término da Segunda Guerra Mundial, os governos eram os principais atores no palco global. Hoje, a influência crescente das organizações da sociedade civil e das empresas multinacionais criou um cenário político muito mais complexo.

Apesar da crescente complexidade de sua missão, o sistema da ONU conservou mais ou menos a mesma estrutura que foi projetada há cinquenta anos para uma nova organização internacional. Não causa surpresa, portanto, que a ocasião de seu quinquagésimo aniversário tenha estimulado um novo diálogo sobre sua capacidade de enfrentar as realidades políticas do século 21. Infelizmente, nesse diálogo, as críticas têm maior peso que os louvores.

A maioria das críticas à ONU é baseada em comparações com organizações líderes do setor privado ou em expectativas que eram, de início, exageradas. Embora algumas comparações específicas possam ser úteis no objetivo de promover a melhoria da produtividade, esse tipo de exercício genérico costuma ser fundamentalmente injusto. A ONU carece não só da clara autoridade, como também dos recursos necessários a uma ação eficaz. As acusações de fracasso feitas à ONU são, na verdade, acusações aos próprios países-membros.

Julgada fora do contexto da realidade dentro da qual opera, a ONU sempre parecerá ineficiente e ineficaz. Contudo, quando vista como um elemento de um processo maior de desenvolvimento sistêmico da ordem internacional, o foco da análise se transferirá de suas deficiências e fracassos e irá iluminar suas vitórias e realizações. Com uma postura mental evolucionária, a experiência anterior da ONU nos oferece uma rica fonte de aprendizado sobre seu futuro papel dentro do regime internacional.

Uma postura mental evolucionária implica a capacidade de visualizar uma instituição dentro do arcabouço de longo prazo -- percebendo seu potencial inerente para desenvolvimento, identificando os princípios fundamentais que governam seu crescimento, formulando estratégias de alto impacto para implementação a curto prazo, e mesmo antecipando descontinuidades radicais ao longo de seu caminho.

Estudar a ONU a partir dessa perspectiva revela oportunidades significativas para fortalecer o sistema atual sem uma reestruturação total de suas principais instituições ou uma reengenharia intensiva de seus processos essenciais. De fato, sugerimos que nenhuma proposta para a reforma da ONU pode produzir alto impacto a menos que suas recomendações sejam internamente consistentes e a direcionem para o caminho evolucionário projetado, rumo a um papel distinto e relevante dentro da futura ordem internacional.

Acreditamos que a combinação de recomendações aqui descrita satisfaz essas condições e que sua adoção representaria um pequeno mas significativo passo rumo à construção de uma ordem mundial mais justa. 12

A. Renovar a Assembléia Geral

O alicerce de qualquer sistema de governo é a norma jurídica e a instituição por excelência dotada do poder de legislar. Embora a autoridade dos Legislativos locais e nacionais seja, de maneira geral, respeitada, os órgãos legislativos regionais e internacionais suscitam medo e suspeita.

Além disso, a Assembléia Geral da ONU tem sido alvo de ataques por causa de sua ineficácia. Embora algumas das acusações lançadas contra ela sejam infundadas, existem pelo menos duas deficiências que dificultam a capacidade da Assembléia Geral de causar impacto.

Primeiro, o esquema atual dá um peso indevido à soberania dos Estados, resultando em uma curiosa mistura de anarquia e conservadorismo. Numa ONU reformada, o ramo legislativo e sua estrutura votante terão de representar com mais exatidão os povos do mundo, bem como os Estados-Nações. 13

Segundo, as resoluções da Assembléia Geral não têm força legal, a menos que sejam ratificadas em separado, como um tratado, por cada país-membro. Se quisermos que o sistema atual, que coloca a soberania nacional acima de todos os outros interesses, ceda lugar a um sistema capaz de tratar dos interesses de uma humanidade única e interdependente, as resoluções da Assembléia Geral -- dentro de um domínio limitado de assuntos -- terão de gradualmente adquirir força de lei, com dispositivos tanto para a sua implementação, quanto para a aplicação de sanções.

Essas duas deficiências estão intimamente ligadas, na medida em que é improvável que a maioria dos povos do mundo, suspeitosos e temerosos de um governo mundial, venha a se submeter a uma instituição internacional, a menos que ela seja, em si, mais genuinamente

representativa. 14

De todo modo, no curto prazo há cinco medidas práticas que poderiam fortalecer a Assembléia Geral, melhorar sua reputação e alinhá-la em uma direção para o longo prazo.

1. Aumentar as exigências mínimas para admissão

Os padrões mínimos da conduta de um governo para com seu povo foram bem estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos acordos internacionais subsequentes, coletivamente conhecidos como "A Carta Internacional dos Direitos Humanos".

Sem o compromisso inabalável de realizar eleições regulares e periódicas, com participação universal, através do voto secreto, e de respeitar a liberdade de expressão e outros direitos humanos similares, um país-membro obstruiria a participação ativa e inteligente da ampla maioria de sua população nas questões de interesse de suas próprias comunidades.

Propomos que deveria haver conseqüências para os países-membros que violam esses padrões. Do mesmo modo, às nações que buscam reconhecimento, deveria ser negada filiação até que adotem abertamente esses padrões ou façam nítidos esforços nessa direção.

2. Indicar uma Comissão para estudar limites e fronteiras

As reivindicações separatistas pendentes continuam a ser a principal fonte de conflitos e guerras, salientando a premente necessidade de acordos gerais sobre as fronteiras nacionais. Tais tratados só podem ser firmados após um estudo do modo arbitrário pelo qual muitos Estados-Nações foram originalmente definidos, e de todas as reivindicações pendentes, de nações e grupos étnicos.

Em vez de relegar essas reivindicações à Corte Mundial, acreditamos que o melhor seria estabelecer uma Comissão Internacional especial para pesquisar todas as reivindicações ligadas a fronteiras internacionais e então, após cuidadoso exame, recomendar um plano de ação. 15 Os resultados serviriam como um primeiro sistema de alerta para a tensão crescente entre grupos civis ou étnicos e para a avaliação de ameaças em situações que se beneficiaram anteriormente de diplomacia preventiva.

A fim de estabelecer uma genuína comunidade de nações a longo prazo, será necessário resolver de modo definitivo todos os conflitos a respeito de fronteiras. Essa pesquisa serviria para tal fim.

3. Buscar novos arranjos financeiros

Basicamente causado pela falta de vontade política, por parte de alguns países-membros, de realizar as contribuições devidas em tempo hábil, aliada à ausência de autoridade para cobrar os juros decorrentes daquele atraso, e ainda agravado por ineficiências burocráticas em algumas partes de suas operações, o déficit orçamentário anual da ONU a pressiona a uma mentalidade de gerenciamento de crise.

Uma instituição internacional não deveria ser financiada por contribuições de natureza voluntária provenientes dos países-membros.

Pagamentos voluntários por parte dos países-membros nunca serão uma abordagem confiável para financiar uma instituição internacional. É necessário que se vislumbrem abordagens vigorosas para a geração de fundos a fim de permitir um funcionamento regular aos instrumentos da ONU. Propomos a indicação imediata de uma Força-Tarefa especializada, para começar uma pesquisa rigorosa de soluções.

Ao estudar alternativas, a Força-Tarefa deveria ter em mente diversos princípios fundamentais. Primeiro, não deve haver tributação sem representação. Segundo, no interesse da imparcialidade e da justiça, a tributação deve ser escalonada. Terceiro, não devem ser esquecidos os mecanismos que estimulem contribuições voluntárias por parte de indivíduos e comunidades. 16

4. Compromisso com um idioma universal auxiliar e uma escrita comum

A ONU, que atualmente usa seis idiomas oficiais, ganharia substanciais benefícios se escolhesse uma única língua das existentes ou se criasse uma nova língua para ser usada como idioma auxiliar em todos os seus fóruns. Esse passo há muito vem sendo advogado por vários grupos, desde os esperantistas até a própria Comunidade Internacional Bahá'í. 17 Além de economizar dinheiro e simplificar os procedimentos burocráticos, essa decisão seria um avanço no sentido de promover um espírito de unidade.

Propomos a indicação de uma Comissão de alto nível, com membros de várias regiões e de campos de estudo relevantes, incluindo a lingüística, a economia, as ciências sociais, a educação e a comunicação, para começar um cuidadoso estudo da escolha de um idioma auxiliar internacional e da adoção de uma escrita comum.

Pre vemos que o mundo não poderá deixar de adotar uma única língua e escrita auxiliar, por acordo universal, que será ensinada nas escolas de todo o planeta como suplemento ao idioma ou idiomas de cada país. O objetivo seria facilitar a transição para uma sociedade global, através de melhor comunicação entre as nações, redução dos custos administrativos das empresas, governos e outros envolvidos no empreendimento global, e um encorajamento de relações mais cordiais entre todos os membros da família humana. 18

Esta proposta deve ser entendida em seu exato sentido. Ela não visa, de modo algum, o declínio de qualquer língua ou cultura vivas.

5. Investigar a possibilidade de uma moeda internacional única

A necessidade de promover a adoção de uma moeda universal como elemento vital para a integração da economia global é evidente por si mesma. Entre outros benefícios, os economistas acreditam que uma moeda única iria refrear a especulação improdutiva e as

imprevisíveis oscilações do mercado, promover um nivelamento de rendas e preços em todo o mundo e, assim, resultar em economias significativas. 19

A possibilidade de economizar não levará à ação a menos que haja evidências esmagadoras dirimindo as preocupações e dúvidas dos céticos, acompanhadas de um plano confiável de implementação. Propomos a indicação de uma Comissão constituída dos mais talentosos líderes governamentais, acadêmicos e profissionais, para dar início a um exame imediato dos benefícios econômicos e dos custos políticos gerados por uma moeda única, formulando hipóteses acerca de uma abordagem eficiente para sua implementação.

B. Desenvolver uma função executiva significativa

Ao nível internacional, a função executiva mais importante é a implementação de um pacto de segurança coletiva. 20

A segurança coletiva implica em uma aliança compulsória entre as nações, as quais tomariam iniciativas, de comum acordo, contra ameaças ao coletivo. A eficácia dessa aliança depende do grau de compromisso de seus membros para com o bem coletivo, mesmo se estiverem eles motivados pela percepção de algum benefício próprio.

Dentro da ONU, o papel de fazer com que os acordos sejam cumpridos é, em sua maior parte, exercido pelo Conselho de Segurança, ao passo que outras funções executivas são compartilhadas com o Secretariado. Ambos sofrem limitações quanto ao pleno cumprimento de seus mandatos. O Conselho de Segurança sofre de uma incapacidade de levar a cabo iniciativas decisivas. O Secretariado é pressionado pelas complexas exigências dos países-membros.

A curto prazo, são quatro as medidas práticas possíveis para fortalecer a função executiva dentro da ONU.

1. Limitar o exercício do poder de veto

A intenção original da Carta da ONU ao conferir o poder de veto aos cinco Membros Permanentes era impedir o Conselho de Segurança de autorizar ações militares contra um Membro Permanente, ou de exigir o uso de suas forças contra a vontade daquele Membro. 21 De fato, a partir do início da Guerra Fria, o poder de veto tem sido exercido repetidamente por razões ligadas à segurança regional ou nacional.

Em sua proposta de 1955 pela reforma da ONU, a Comunidade Internacional Bahá'í sugeria a eliminação gradual dos conceitos de "membro permanente" e "poder de veto" à medida que crescesse a confiança no Conselho de Segurança. Hoje, quarenta anos mais tarde, reafirmamos aquela posição. Contudo, também propomos que, como passo transitório, se introduzam medidas visando refrear o exercício do poder de veto, para refletir a intenção original da Carta.

2. Institucionalizar os arranjos militares ad hoc

Para apoiar as operações de manutenção da paz da ONU, e acrescentar credibilidade às resoluções do Conselho de Segurança, deveria ser criada uma Força Internacional. 22 Sua lealdade à ONU e sua independência em relação aos interesses nacionais devem ser asseguradas. Plenamente armada, o comando e controle dessa Força caberia ao Secretário-Geral, sob a autoridade do Conselho de Segurança. Suas finanças, contudo, seriam determinadas pela Assembléia Geral. Ao estruturar essa Força, o Secretário-Geral tentaria atrair pessoal competente de todas as regiões do mundo.

Se adequadamente implementada, essa Força também proporcionaria uma sensação de segurança, que poderia encorajar alguns passos na direção do desarmamento global, assim tornando possível o banimento completo de todas as armas de destruição de massa. 23

Além disso, em linha com o princípio da segurança coletiva, gradualmente se viria a entender que os Estados só precisam manter os armamentos suficientes para sua própria defesa e para a manutenção da ordem interna.

Como passo imediato para o estabelecimento dessa Força, o atual sistema de arranjos ad hoc poderia ser institucionalizado a fim de estabelecer forças regionais essenciais com rápido poder de mobilização durante uma crise.

3. Aplicar a noção de segurança coletiva a outros problemas dos bens comuns globais

Embora originalmente concebido no contexto de uma ameaça de agressão militar, o princípio da segurança coletiva, argumentam alguns, pode agora ser aplicado de modo mais amplo a todas as ameaças que, embora de natureza aparentemente local, são na verdade resultantes do complexo alinhamento da ordem global nos nossos dias. Essas ameaças incluem, embora a isso não se limitem, o narcotráfico internacional, a segurança dos alimentos e a emergência de novas endemias globais. 24

A nosso ver, este assunto deveria ser incluído na agenda do Encontro de Cúpula Global proposto. Contudo, é improvável que formulações mais amplas de segurança coletiva ganhem precedência sobre a questão fundamental, que concerne à da agressão militar.

4. Conservar as instituições bem-sucedidas da ONU, com função executiva independente

Algumas das organizações mais independentes dentro da família da ONU, tais como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a OIAC (Organização Internacional da Aviação Civil), a UPU (União Postal Universal), a UIT (União Internacional de Telecomunicações), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a OMS (Organização Mundial de Saúde), desfrutaram de evidente sucesso, com áreas específicas mais importantes de interesse internacional.

Em geral, essas organizações já têm sua própria função executiva. Sua independência deveria ser conservada e fortalecida como parte do Executivo internacional. 25

C. Uma Corte Mundial fortalecida

Em qualquer sistema de governo, é necessária uma forte função judiciária para moderar as ações dos outros poderes e enunciar, promulgar, proteger e distribuir a justiça. O impulso na direção de criação de sociedades justas tem sido uma das forças fundamentais da História 26 -- e, sem dúvida, nenhuma civilização mundial duradoura pode ser estabelecida, a menos que esteja firmemente enraizada no princípio da justiça.

A justiça é o único poder que pode traduzir a emergente consciência da unidade da humanidade, em uma vontade coletiva, através da qual se erigirão, com confiança, as estruturas necessárias à vida comunitária global. Uma era em que os povos do mundo, cada vez mais ganham acesso a todos os tipos de informação, e a uma diversidade de idéias, irá encontrar a justiça impondo-se como o princípio governante de uma organização social bem-sucedida.

No nível individual, a justiça é aquela faculdade da alma humana que permite a cada pessoa distinguir a verdade da falsidade. Aos olhos de Deus, afirma Bahá'u'lláh, a justiça é "a mais amada de todas as coisas," pois ela permite a cada indivíduo ver com seus próprios olhos, ao invés de ver com os olhos dos outros, conhecer através de seu próprio discernimento, e não através das idéias do próximo ou do grupo.

No nível grupal, a preocupação pela justiça é a bússola indispensável para a tomada coletiva de decisões, pois é ela o único meio pelo qual a unidade de pensamento e ação pode ser alcançada. Longe de encorajar o espírito punitivo que muitas vezes se mascarou sob seu nome no passado, a justiça é a expressão prática da percepção de que, na conquista da interação humana, encoraja-se um clima consultivo, que permite o exame desapassionado das opções, e a seleção adequada dos cursos de ação. Em tal clima, é bem menos provável que as eternas tendências à manipulação e ao sectarismo venham a distorcer o processo de tomada de decisões.

Essa concepção de justiça será gradualmente fortalecida pela percepção de que, em um mundo interdependente, os interesses do indivíduo e da sociedade estão intrinsecamente entrelaçados. Nesse contexto, a justiça é um fio que deve permear o exame de toda interação, seja na família, na comunidade ou ao nível global.

Vemos no atual sistema da ONU o alicerce para uma Corte Mundial fortalecida. Estabelecida em 1945 como o principal órgão jurídico da ONU, a Corte Internacional de Justiça caracteriza-se por muitos elementos positivos. O atual sistema para a seleção de juizes, por exemplo, busca criar um corpo jurídico representativo de uma ampla gama de povos, regiões e sistemas judiciários. 27

A deficiência básica da Corte é a ausência de competência para emitir decisões juridicamente obrigatórias, exceto naqueles casos em que os Estados optaram antecipadamente pela submissão às suas decisões. Sem jurisdição, a Corte é impotente para administrar justiça. 28 Com o tempo, as decisões da Corte Mundial talvez possam se tornar compulsórias e aplicáveis a todos os países; no curto prazo, porém, a Corte Mundial poderia ser fortalecida através de duas outras medidas.

1. Ampliar a jurisdição da Corte

Atualmente, a jurisdição da Corte está limitada a umas poucas categorias de casos, e só as nações têm direito de apresentar uma demanda. Propomos que, além dos países-membros, outros órgãos da ONU ganhem o direito de levar reclamações perante a Corte.

2. Coordenar as Cortes setoriais

A Corte Mundial deveria agir como um guarda-chuva para as cortes setoriais, tanto as já existentes como as que venham a ser criadas, que arbitram e julgam demandas internacionais dentro de domínios temáticos específicos.

Os primeiros componentes de um sistema unificado já podem ser encontrados nas cortes especializadas de arbitragem em temas como comércio e transportes, e nas propostas para órgãos tais como uma Corte Criminal Internacional e uma Câmara de Assuntos Ambientais. Outras áreas temáticas que talvez precisem ser tratadas sob esse sistema incluiriam cortes para julgar o terrorismo internacional e o narcotráfico.

IV. Liberar o poder individual: Um desafio crítico da ordem internacional emergente

O objetivo primordial das instituições governantes em todos os níveis é o avanço da civilização humana. Este objetivo é difícil de ser alcançado sem a participação inspirada e inteligente de toda a humanidade na vida e assuntos da comunidade.

Com seu foco na estruturação de instituições, e na criação de uma comunidade de nações, os órgãos internacionais historicamente permaneceram distantes da mente e do coração dos povos do mundo. Separados da arena internacional por várias camadas de governo e confundidos pela cobertura dada pela mídia às notícias internacionais, a grande maioria dos povos ainda não desenvolveu uma afinidade com instituições como a ONU. Só as pessoas que tiveram algum acesso à arena internacional através de canais como as organizações da sociedade civil, parecem capazes de se identificar com essas instituições.

Paradoxalmente, as instituições internacionais não podem se desenvolver, e alcançar um nível eficaz e maduro de governo, cumprindo seu objetivo básico de lograr o avanço da civilização humana, se não reconhecerem e nutrirem um relacionamento de dependência mútua com os povos do mundo. Esse reconhecimento colocaria em movimento um poderoso ciclo de confiança e apoio que iria acelerar a

transição para uma nova ordem mundial.

As tarefas envolvidas no desenvolvimento de uma sociedade global requerem níveis de capacidade bem além daqueles que a raça humana já foi capaz de agregar. Atingir esses níveis irá exigir uma imensa expansão do acesso ao conhecimento por parte de cada indivíduo. As instituições internacionais terão sucesso em resgatar e direcionar as potencialidades latentes nos povos do mundo na medida em que a autoridade por elas exercida seja moderada pelo seu compromisso de ganhar a confiança, o respeito, e o apoio genuíno daqueles cujas ações elas buscam governar, e em consultar abertamente e com a maior amplitude possível aqueles cujos interesses são afetados.

As pessoas que vierem a confiar nessas instituições e a respeitá-las irão, por sua vez, exigir que seus governos nacionais aumentem o apoio, tanto no plano político como no econômico, à ordem internacional. Por sua vez, as instituições internacionais, com crescente influência e poder, estarão melhor posicionadas para empreender as ações adicionais necessárias ao estabelecimento de uma ordem mundial legítima e eficaz.

Junto com as medidas para fortalecer sua estrutura, a ONU precisa adotar iniciativas que liberem o poder latente em todos os povos para que participem desse processo galvanizador. Para esse fim, certos temas que aceleram o avanço do indivíduo e da sociedade justificam especial consideração. Entre eles, a promoção do desenvolvimento econômico, a proteção dos direitos humanos, o avanço da posição da mulher e a ênfase no desenvolvimento moral são quatro prioridades tão intimamente ligadas ao avanço da civilização que devem, ser enfatizadas como parte da agenda da ONU.

A. A promoção do desenvolvimento econômico

As estratégias de desenvolvimento econômico empregadas pela ONU, pelo Banco Mundial e por diversos governos durante os últimos cinquenta anos, embora sinceramente concebidas e executadas, ficaram aquém das aspirações. Em grande parte do mundo, ampliou-se a brecha entre "os que têm" e "os que não têm" e acelera-se em face da persistente disparidade entre os níveis de renda. Os problemas sociais não se resolveram.

Na verdade, o crime e a doença não só crescem, como também se tornam endêmicos e mais difíceis de serem combatidos.

Esses fracassos podem ser atribuídos a diversos fatores, os quais incluem uma excessiva ênfase em projetos de grande escala e excessiva centralização burocrática, condições injustas de comércio internacional, uma corrupção generalizada que se permitiu florescer por todo o sistema, a exclusão das mulheres dos processos de tomada de decisões em todos os níveis, uma incapacidade geral de assegurar que os recursos cheguem até os pobres e o desvio dos recursos destinados ao desenvolvimento para equipamento militar.

Um exame desapassionado desses fatores revela uma falha sistemática e fundamental no atual paradigma do desenvolvimento econômico: as necessidades materiais freqüentemente são tratadas sem se levar em conta os fatores espirituais e seu poder motivador.

O desenvolvimento não deve ser confundido com a criação de uma insustentável sociedade de consumo. A verdadeira prosperidade envolve tanto o bem-estar espiritual quanto o bem-estar material. Alimento, bebida, abrigo e um certo grau de conforto material, são coisas essenciais, mas nelas o ser humano não pode encontrar e nunca encontrará sua realização. E o contentamento tampouco será encontrado nas conquistas materiais um pouco mais intangíveis tais como o reconhecimento social ou o poder político. Em última análise, nem mesmo as realizações de natureza intelectual satisfazem nossas necessidades mais profundas.

É nessa fome por algo mais, algo além de nós mesmos, que a realidade do espírito humano pode ser adequadamente compreendida. Embora o lado espiritual da nossa natureza seja obscurecido pela luta cotidiana por conquistas materiais, nossa necessidade pelo transcendente não pode mais ser descartada. Assim, um paradigma de desenvolvimento sustentável deve dirigir-se tanto às aspirações espirituais do ser humano quanto às suas necessidades e desejos materiais.

A educação é o melhor investimento no desenvolvimento econômico. "O homem é o Talismã supremo. A falta da devida educação, porém, privou-o daquilo que ele inerentemente possui", escreve Bahá'u'lláh. "Considerai o homem como uma mina rica em jóias de inestimável valor. A educação, tão somente, pode fazê-la revelar seus tesouros e habilitar a humanidade a tirar dela algum benefício." 29 A educação implica em algo mais do que um processo de dominar uma estreita gama de conhecimentos, ou de aprender um conjunto de habilidades práticas. Na verdade, a educação, que deveria ser um imperativo fundamental do desenvolvimento, deve também ensinar o processo de aquisição de conhecimento, cultivar os poderes do intelecto e do raciocínio, e infundir no estudante as qualidades morais indispensáveis.

É essa abordagem abrangente da educação que permite aos povos contribuir para a criação de riquezas, e encoraja sua justa distribuição.

30

A riqueza genuína é criada quando o trabalho é realizado, não apenas como um meio de ganhar o sustento, mas também como um meio de contribuir para a sociedade. Acreditamos que o trabalho significativo é uma necessidade básica da alma humana, tão importante para o desenvolvimento adequado do indivíduo quanto o alimento nutritivo, a água pura e o ar fresco para o corpo físico.

Devido à natureza espiritualmente maléfica da dependência, os esquemas que focalizam apenas a redistribuição da riqueza material estão fadados ao fracasso no longo prazo. A distribuição da riqueza deve ser abordada de uma maneira eficiente e equitativa. Na verdade, deve estar intimamente integrada ao processo de criação da riqueza.

Propomos a seguinte recomendação ao sistema da ONU para promover um desenvolvimento mais eficaz.

1. Lançar uma firme campanha para a implementação da Agenda 21

O plano de ação formulado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) incorporou uma ampla gama de opiniões da sociedade civil e um conjunto de princípios similares aos expostos nesta Declaração. Infelizmente, contudo, pouco foi feito pelos países-membros no sentido de implementar as medidas ali dispostas.

Se quiser tratar e alcançar os objetivos da Agenda 21, faz-se-á necessário um esforço mais amplo, diferente em natureza, porém comparável em escala e compromisso ao Plano Marshall para a reconstrução da Europa durante o pós-guerra. Nesse caso, as instituições de Bretton Woods seriam convocadas para compor uma deliberada campanha a fim de agilizar os esforços nacionais de implementação. Um mandato dessa natureza só pode resultar de uma conferência, similar aos primeiros encontros de Bretton Woods há cinquenta anos, dedicada a um reexame total dessas instituições. O propósito desse reexame seria tornar disponíveis aos povos do mundo os recursos suficientes para que pudessem implementar iniciativas locais. Além disso, a conferência poderia também expandir sua agenda, para tratar de assuntos mais profundos de segurança econômica global, através da redefinição das instituições existentes, ou da criação de novas estruturas. 31

Se bem-sucedido, esse novo instrumento também poderia ser ampliado a fim de coordenar a implementação das medidas identificadas na recente Cúpula Social.

B. A proteção dos direitos humanos fundamentais

Ao longo das cinco décadas transcorridas desde a criação da ONU, emergiu uma compreensão de que os direitos humanos devem ser reconhecidos e protegidos internacionalmente, como condição para o estabelecimento da paz, do progresso social, e da prosperidade econômica.

O alicerce do acordo internacional sobre a natureza dos direitos humanos é a importantíssima Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948 e detalhada em dois pactos internacionais -- o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e o Pacto Internacional sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais. Além disso, cerca de 75 outras convenções e declarações identificam e promovem os direitos da mulher e da criança, o direito à liberdade de culto e o direito ao desenvolvimento, para mencionar apenas alguns.

O atual regime de direitos humanos da ONU tem duas grandes deficiências: meios limitados para implementação e acompanhamento, e pouca ênfase nas responsabilidades que acompanham todos os direitos.

A implementação dos direitos humanos ao nível internacional precisa ser tratada de modo similar à agressão militar sob um regime de segurança coletiva. A violação dos direitos humanos em um país deve ser considerada um problema de todos os países, e os mecanismos de implementação devem proporcionar uma resposta unificada por parte de toda a comunidade internacional. A questão de quando e como intervir para proteger os direitos humanos é mais difícil de ser respondida. Uma implementação vigorosa irá exigir um alto grau de consenso global sobre aquilo que constitui uma violação flagrante e deliberada.

Importantes passos para um consenso global foram tomados durante o processo que levou à Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 1993, a qual afirmou inequivocamente que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, e encerrou o longo debate sobre a importância relativa dos direitos civis e políticos quando comparados aos direitos sociais, econômicos e culturais. 32 As resoluções da Conferência também confirmaram que os direitos humanos devem ser aplicados independentemente das diferenças de origem racial, origem étnica, crença religiosa ou identidade nacional. Eles abrangem a igualdade de mulheres e homens; incluem, para todas as pessoas do mundo inteiro, os mesmos direitos à liberdade de investigação, informação e prática religiosa; e incorporam o direito de cada um às necessidades básicas tais como alimento, abrigo e cuidados de saúde. 33 Além da necessidade de se alcançar um consenso e fortalecer a implementação dos direitos humanos, é importante estabelecer-se uma maior compreensão de que a cada direito está ligada uma responsabilidade correspondente.

O direito de se ser reconhecido como uma pessoa diante da lei, por exemplo, implica a responsabilidade de obediência à lei -- e de tornar as leis e o sistema jurídico mais justos.

Do mesmo modo, no domínio sócioeconômico, o direito de contrair matrimônio traz consigo a responsabilidade de sustentar a família, educar os filhos e tratar todos os membros da família com respeito. 34 O direito ao trabalho não pode ser divorciado da responsabilidade de cumprir suas tarefas da melhor maneira possível. No sentido mais amplo, a noção de direitos humanos "universais" implica uma responsabilidade para a humanidade como um todo.

Em última análise, enquanto compete ao indivíduo cumprir sua responsabilidade em cada uma dessas áreas, cabe às instituições internacionais proteger o direito humano correlato.

Propomos três medidas para ação imediata.

1. Fortalecer os instrumentos da ONU para monitoria, implementação e acompanhamento

Os instrumentos da ONU para monitoria, implementação e acompanhamento da obediência dos governos aos acordos internacionais são inadequados. O Centro de Direitos Humanos consiste de um reduzido quadro de pessoal profissional, que luta para apoiar os esforços de monitoramento da obediência, por parte dos países, a todos os tratados por eles ratificados.

A nosso ver, os recursos alocados a esse Centro precisam ser dramaticamente aumentados, para que ele possa desempenhar adequadamente, suas incumbências.

2. Encorajar a ratificação universal das convenções internacionais sobre os direitos humanos

Uma vez que a ratificação das convenções internacionais sobre os direitos humanos cria uma obrigação para os países-membros, embora não compulsória na prática, o Secretário-Geral e todos os órgãos da ONU deveriam utilizar todas as oportunidades para encorajar iniciativas neste sentido por parte dos países-membros. Na verdade, a ratificação universal daqueles instrumentos internacionais mediante um ambicioso cronograma a ser adotado pela Assembléia Geral, constituiria inspiradora meta para esta última.

3. Garantir o respeito aos órgãos da ONU que monitoram os direitos humanos

Visto que o mandato das agências encarregadas do monitoramento dos direitos humanos reveste-se de profunda seriedade cabe à ONU estar particularmente atenta às percepções criadas pela estrutura e procedimentos adotados por essas agências, agindo firmemente na resolução de situações comprometedoras.

Seria prudente, a nosso ver, que durante o processo de nomeação, se examinasse as qualificações dos países-membros em posições de destaque se excluísse da eleição para membro da Comissão de Direitos Humanos, e de outras agências de monitoria, qualquer país-membro que ainda não tenha ratificado as convenções internacionais. Embora esses países-membros ainda pudessem participar plenamente das deliberações, tais medidas protegeriam a ONU de uma situação potencialmente embaraçosa e comprometedora.

Uma única exceção se justificaria à regra acima. Esta diz respeito aos países-membros que não estão sob vigilância da ONU, e que garantem suficiente proteção aos direitos humanos fundamentais em suas constituições, mas que ainda não conseguiram completar o processo de ratificação em razão de circunstâncias políticas internas, os quais não deveriam ser barrados da eleição a posições de destaque.

Finalmente, também parece prudente que os países-membros que ratificaram as convenções internacionais, mas estão sob vigilância devido a graves violações dos direitos humanos, sejam desqualificados da eleição aos escritórios de conferências e outras reuniões da Comissão de Direitos Humanos. Tal medida evitaria, por parte da ampla maioria da opinião pública, a percepção desses resultados como apenas uma farsa.

C. O avanço da posição da mulher

A criação de uma civilização mundial pacífica e sustentável será impossível sem a plena participação das mulheres em todas as áreas da atividade humana. 35 Embora esta proposição ganhe apoio a cada dia, existe uma marcante diferença entre sua aceitação intelectual e sua implementação.

Chegou a hora em que as instituições de todo o mundo, compostas principalmente por homens, deverão usar sua influência para promover a inclusão sistemática das mulheres, não por condescendência ou pretensão auto-sacrifício, mas como um ato motivado pela crença de que a contribuição da mulher é necessária ao progresso da sociedade. 36 Somente quando valorizadas, é que as contribuições da mulher serão buscadas e permeadas ao tecido social. O resultado será uma civilização mais pacífica, equilibrada, justa e próspera. 37

As óbvias diferenças biológicas entre os sexos não devem ser causa para desigualdade ou desunião. Pelo contrário, elas são um aspecto da complementariedade. Se o papel da mulher enquanto mãe for devidamente valorizado, seu trabalho em nutrir e educar os filhos será respeitado e adequadamente recompensado. Também se deveria reconhecer que a tarefa de criar os filhos não diminui a aptidão da mulher para a liderança, nem debilita sua capacidade intelectual, científica ou criativa. Na verdade, pode até ampliá-las.

Acreditamos que o progresso que vier a ser alcançado em algumas áreas críticas exerceria importante impacto no avanço das mulheres. Compartilhamos as seguintes perspectivas, que são a base das nossas recomendações.

Primeiro e mais importante, a violência contra mulheres e meninas, um dos mais gritantes e difundidos abusos dos direitos humanos, precisa ser erradicada. A violência tem sido um fato da vida para muitas mulheres em todo o mundo, independentemente de raça, classe ou formação educacional. Em muitas sociedades, as crenças tradicionais de que as mulheres são inferiores aos homens, ou que representem um fardo, faz delas alvos fáceis da raiva e da frustração. Mesmo fortes recursos jurídicos, e mecanismos de implementação, terão pouco efeito, a menos que sejam apoiados por uma transformação nas atitudes dos homens. As mulheres não estarão seguras até que uma nova consciência social se instale, tornando causa para a mais profunda vergonha a simples expressão de atitudes condescendentes para com elas... ainda mais qualquer forma de violência física!

Segundo, a família continua a ser o bloco de construção básico da sociedade, e os comportamentos ali observados e aprendidos serão projetados em todos os outros níveis de interação social. Portanto, os membros da instituição familiar devem ser transformados, a fim de que o princípio da igualdade entre mulheres e homens se internalize. Mais ainda, se os laços do amor e da unidade aglutinarem os relacionamentos familiares, seu impacto ultrapassará as fronteiras da família, refletindo-se na sociedade como um todo.

Terceiro, embora o objetivo geral de qualquer sociedade deva ser o de educar todos os seus membros, neste estágio da história humana a maior necessidade é educar as mulheres e as meninas. 38 Durante mais de vinte anos, estudos documentaram consistentemente que de todos os investimentos possíveis, a educação das mulheres e meninas rende os mais altos dividendos em termos de desenvolvimento social, erradicação da pobreza, e avanço da comunidade. 39

Quarto, o diálogo global sobre o papel de homens e mulheres deve promover o reconhecimento da complementariedade intrínseca dos dois sexos. Pois as diferenças entre eles, são uma afirmação natural da necessidade de que mulheres e homens trabalhem juntos, de forma a amadurecerem suas potencialidades para promoção do avanço da civilização, além de perpetuarem a raça humana. Tais diferenças são inerentes ao caráter interativo de sua natureza humana comum. Esse diálogo precisa considerar as forças históricas que levaram à opressão da mulher e examinar as novas realidades sociais, políticas e espirituais que estão hoje transformando nossa civilização.

Como ponto de partida para esse diálogo, oferecemos esta analogia das Escrituras Bahá'ís: "O mundo humano é dotado de duas asas: uma é a mulher, a outra o homem. A ave só poderá voar quando ambas as asas estiverem igualmente desenvolvidas. Se uma delas permanece fraca, o voo é impossível." 40 Propomos, assim, estas três medidas específicas.

1. Aumentar a participação das mulheres nas delegações dos países-membros

Recomendamos que os países-membros sejam encorajados a indicar um número cada vez maior de mulheres para exercerem a função de embaixadoras ou para postos diplomáticos similares.

2. Encorajar a ratificação universal das convenções internacionais que protegem os direitos da mulher e melhoram sua posição

Assim como ocorre com as convenções internacionais sobre os direitos humanos, o Secretário-Geral e todos os órgãos da ONU deveriam considerar todas as oportunidades para encorajar os países-membros a ratificar as convenções e protocolos que protegem os direitos da mulher e buscam seu avanço.

3. Planejar a implementação da Plataforma de Ação de Pequim

Embora a declaração das Estratégias do Futuro, adotada na conferência de Nairóbi, fosse altamente audaz e imaginativa, sua implementação foi bastante ineficaz. 41 Acreditamos que há uma lição a ser aprendida a partir dessa experiência infeliz e que se deve pôr em ação, de forma decidida, planos destinados a assegurar que a Plataforma de Ação adotada na Conferência de Pequim não encontre o mesmo destino.

Propomos o estabelecimento de um sistema de monitoria, com a finalidade de preparar relatórios sobre a implementação das medidas adotadas, realizando apresentações anuais à Assembléia Geral, as quais destacariam os vinte países-membros líderes no que concerne à obediência a tais medidas, bem como os vinte últimos classificados nesse quesito.

D. Enfatizar o desenvolvimento moral

O processo de integração dos seres humanos em grupos cada vez maiores, embora influenciado pela cultura e geografia, foi conduzido em grande parte pela religião, o mais poderoso agente na transformação das atitudes e comportamentos humanos. Por religião, contudo, queremos dizer o alicerce ou realidade essencial da religião, não os dogmas e as cegas imitações que gradualmente nela se cristalizam e que são a causa de seu declínio e extinção.

Nas palavras de 'Abdu'l-Bahá, "A civilização material é como o corpo. Por infinitas que sejam sua formosura, graça e beleza, ele é morto. A civilização divina é como o espírito. É o espírito quem insufla vida no corpo. (...) Sem espírito, o mundo humano carece de vida." 42

O conceito de promoção de uma moral ou valores específicos pode ser controverso, especialmente nesta era de relativismo humanista. Ainda assim, acreditamos firmemente existir um conjunto de valores comuns cujo reconhecimento foi obscurecido por aqueles que, com propósitos políticos, exageram diferenças menores na prática religiosa ou cultural. 43 Essas virtudes fundamentais, ensinadas por todas as comunidades espirituais, constituem o arcabouço básico para o desenvolvimento moral.

A reflexão sobre os pontos comuns inerentes aos grandes sistemas religiosos e morais do mundo, revela que todos eles esposam a unidade, a cooperação e a harmonia entre os povos, estabelecem diretrizes para o comportamento responsável, e apoiam o desenvolvimento das virtudes, que constituem o alicerce das relações baseadas na confiança e nos princípios. 44

1. Promover o desenvolvimento de um currículo para educação moral nas escolas

Advogamos uma campanha universal destinada à promoção do desenvolvimento moral.

Simplificando: essa campanha deveria encorajar e colaborar com as iniciativas locais no mundo inteiro, para a incorporação de uma dimensão moral à educação das crianças. Tal iniciativa poderá requerer a realização de conferências, a publicação de material relevante e organização de muitas outras atividades de apoio, que, em seu conjunto, representam um sólido investimento na geração futura.

Esta campanha pelo desenvolvimento moral poderia apresentar, de início, poucos preceitos simples. Por exemplo, a retidão de conduta, a fidedignidade e a veracidade são os alicerces da estabilidade e do progresso; o altruísmo deve guiar todos os empreendimentos humanos, de tal modo que a sinceridade e o respeito pelos direitos dos outros se torne parte integrante das ações de todo indivíduo; o serviço à humanidade é a verdadeira fonte da felicidade, da honra e do sentido da vida.

Também acreditamos que tal campanha só será bem-sucedida na medida em que se confie na força da religião nesse esforço. A doutrina da separação entre Igreja e Estado não deveria ser usada como um escudo para bloquear sua influência salutar. Especificamente, as comunidades religiosas terão de ser atraídas como parceiros e colaboradores nessa importante iniciativa.

À medida que for avançando, esta campanha irá acelerar um processo de potencialização individual, que transformará o modo pelo qual as pessoas, independentemente de classe econômica, posição social ou origem étnica, racial ou religiosa, interagem com a sociedade.

V. Momento decisivo para todas as nações: Um apelo aos líderes mundiais

Chegamos a um momento decisivo no progresso das nações.

"A unificação da humanidade inteira é a etapa distintiva da qual a sociedade humana atualmente se aproxima. A unidade da família, a da tribo, a da cidade-estado e a da nação foram sucessivamente tentadas e completamente estabelecidas. A unidade do mundo é agora a meta em direção à qual a humanidade aflita se encaminha. O processo de formar nações já chegou ao fim. A anarquia inerente à soberania estatal aproxima-se de um clímax. Um mundo em amadurecimento deve abandonar esse fetiche, reconhecer a unidade e a universalidade das relações humanas e estabelecer de uma vez por todas o mecanismo que melhor possa concretizar este princípio fundamental da sua vida." 45

Há mais de um século, Bahá'u'lláh ensinou que existe um só Deus, que existe uma única raça humana e que todas as religiões do mundo representam estágios na revelação da vontade e do propósito de Deus para a humanidade. Bahá'u'lláh anunciou a chegada do tempo, predito em todas as Escrituras do mundo, em que a humanidade iria por fim testemunhar a união de todos os povos em uma sociedade pacífica e integrada.

Afirmou ele que o destino humano não repousa apenas na criação de uma sociedade materialmente próspera, mas também na construção de uma civilização global, na qual os indivíduos são encorajados a agir como seres morais, conscientes de sua verdadeira natureza, e capazes de progredir rumo a uma maior realização, a qual nenhum grau de gratificação material, por si só, poderia proporcionar.

Bahá'u'lláh foi dos primeiros a usar a expressão "nova ordem mundial" para descrever as mudanças significativas na vida política, social e religiosa do mundo. "Os sinais de caos e convulsões iminentes podem agora ser discernidos, na medida em que a ordem predominante demonstra ser lamentavelmente defeituosa", escreveu Ele. "Breve será a presente ordem posta de lado, e uma nova ordem se estenderá em seu lugar." 46

Para este fim, Ele exorta tanto os líderes como os membros da sociedade: "Não se vanglorie quem ama a pátria, mas sim quem ama o mundo. A Terra é um só país, e os seres humanos seus cidadãos." 47

Acima de tudo o mais, os líderes da próxima geração devem ser motivados por um desejo sincero de servir a toda a comunidade e entender que liderança é uma responsabilidade; não um caminho para o privilégio. Por um tempo demasiado longo, a liderança foi entendida, tanto pelos líderes quanto por seus seguidores, como a afirmação do controle sobre os demais. Na verdade, a nossa era exige uma nova definição de liderança e um novo tipo de líder. 48

Tal assertiva é especialmente verdadeira no que concerne a arena internacional. A fim de estabelecer credibilidade, ganhar a confiança e inculcar no coração dos povos do mundo uma sincera afinidade pelas instituições da ordem internacional, esses líderes terão de refletir sobre suas próprias ações.

Mediante uma conduta marcada por absoluta integridade pessoal, a eles caberá colaborar para a restauração da confiança e da fé nas instituições governamentais. Devem estar imbuídos de características como a honestidade, humildade e sinceridade de propósito, ao buscar a verdade de uma situação. Devem estar comprometidos com princípios e ser por eles guiados, desta forma agindo, a longo prazo nos melhores interesses da humanidade como um todo.

"Que vossa visão envolva todo o mundo, ao invés de confinar-se a vós mesmos", escreveu Bahá'u'lláh. "Não vos ocupeis de vossos próprios interesses; concentraí os pensamentos naquilo que possa reabilitar as fortunas da humanidade e santificar os corações e almas dos homens." 49

Notas

1 Boutros-Ghali, Boutros. 1992. Uma Agenda para a Paz: Pacificação e Manutenção da Paz. Relatório do Secretário-Geral, em conformidade com a declaração adotada pelo encontro de cúpula do Conselho de Segurança, 31 de janeiro, Nova York: Organização das Nações Unidas.

2 Certamente o preâmbulo da Carta das Nações Unidas está entre as passagens mais inspiradas na história da governança humana:

"NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que duas vezes em nossas vidas trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos de homens e mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e, a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, E PARA TAIS FINS praticar a tolerância e viver juntos em paz uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e garantir, princípios e instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o

progresso econômico e social de todos os povos, RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESTES OBJETIVOS.

Em vista disso, nossos respectivos governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas."

Organização das Nações Unidas. 1994. Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Departamento de Informação Pública da ONU. DPI/511-93243 -- Abril de 1994 -- 40M.

3 Banco Mundial. 1994. World Development Report, pp.162-163. (Oxford: Oxford University Press.)

4 Há diversas propostas recentes que discutem a necessidade de reformas em áreas específicas do sistema da ONU. Nosso Futuro Comum, o relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, por exemplo, sugeriu diversas mudanças, tais como a criação de um comitê especial da ONU, o "Comitê para o Desenvolvimento Sustentável", para coordenar as ações da ONU na promoção do desenvolvimento e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente.

The World Commission on Environment and Development, Our Common Future. (Oxford: Oxford University Press, 1987)

Do mesmo modo, o relatório da Comissão Brandt, "A Crise Norte/Sul: Cooperação para a Recuperação do Mundo", faz sugestões de reformas nas áreas críticas de finanças, comércio e energia, pois elas afetam os desequilíbrios Norte/Sul.

The Brandt Commission, Common Crisis North-South: Co-operation for World Recovery. (Londres: Pan Books, 1983)

A literatura propondo amplas mudanças na ONU já é volumosa e continua a crescer, especialmente na antecipação de seu quinquagésimo aniversário. As primeiras grandes e sérias reavaliações da ONU começaram nos anos 50, em antecipação ao décimo aniversário da Carta. A esse respeito, a publicação em 1958 de World Peace Through World Law, de Louis B. Sohn e Grenville Clark, que estava entre as primeiras propostas concretas a sugerir a eliminação do poder de veto, deve ser considerada um marco.

Grenville Clark e Louis B. Sohn, World Peace Through World Law (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1966)

Propostas mais recentes variam desde a Iniciativa de Estocolmo, que oferece uma visão multidisciplinar do que poderia ser feito para fortalecer a ONU, até o recente livro de Harold Stassen, United Nations: a Working Paper for Restructuring, que oferece uma proposta para se reescrever, artigo por artigo, a Carta da ONU. O livro mais recente de Benjamin Ferencz, New Legal Foundations for Global Survival, oferece uma série de sugestões realistas, de natureza jurídica para uma reforma, baseadas na premissa de que as nações, os povos e os indivíduos devem ser livres para seguir seu destino do modo que julgarem mais adequado -- desde que isso não coloque em risco ou destrua os direitos humanos fundamentais dos outros de viver em paz e dignidade.

The Stockholm Initiative on Global Security and Governance 1991. Common Responsibility in the 1990's. (Estocolmo: Gabinete do Primeiro-Ministro, Estocolmo, Suécia)

Harold Stassen, United Nations: a Working Paper for Restructuring. (Minneapolis: Learner Publications Company, 1994)

Benjamin Ferencz, New Legal Foundations for Global Survival. (Oceana Publications, 1994)

5 The Commission on Global Governance, Our Global Neighborhood. (Nova York: Oxford University Press, 1995)

6 Muitos pensadores reconheceram a realidade da unidade e compreenderam suas implicações para o desenvolvimento da sociedade humana, entre eles o paleontólogo Richard Leaky: "Somos uma única espécie, um único povo. Cada indivíduo nesta Terra é um membro da espécie homo sapiens sapiens e as variações geográficas que vemos entre os povos são apenas nuanças biológicas sobre um mesmo tema básico. A capacidade humana para a cultura permite sua abordagem de modos bem diferentes e cheios de matizes. As diferenças, geralmente muito profundas, entre essas culturas não devem ser vistas como divisões entre os povos. Pelo contrário, as culturas devem ser interpretadas como aquilo que realmente são: a expressão máxima do que significa pertencer à espécie humana."

Richard E. Leaky e Rodger Lewin, Origins: What new discoveries reveal about the emergence of our species and its possible future.

(Nova York: Dutton, 1977)

Em termos gerais, os escritos de Shoghi Effendi oferecem uma profunda e ampla exposição do conceito de unidade da humanidade. Um sumário desse conceito, tal como os bahá'ís o vêem, pode ser encontrado em The World Order of Bahá'u'lláh.

Shoghi Effendi, The World Order of Bahá'u'lláh. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1938) pp.42-43.

7 Não somos os únicos a apresentar esta proposta. A Comissão de Governança Global escreve em Our Global Neighborhood: "Nossa recomendação é que a Assembléia Geral concorde em realizar uma Conferência Mundial sobre o Governo em 1998, com suas decisões ratificadas e postas em vigor por volta do ano 2000."

Relatório da Commission on Global Governance, Our Global Neighborhood. (Nova York: Oxford University Press, 1995) p.351.

8 Duas máximas bem conhecidas ilustram este princípio. "O pequeno é bonito", máxima cunhada como princípio econômico no início dos anos 70, aplica-se igualmente ao governo. Schumacher explica: "Nos negócios humanos, sempre parece surgir a necessidade simultânea de pelo menos duas coisas, que parecem incompatíveis e mutuamente excludente. Sempre precisamos de liberdade e de ordem. Precisamos da liberdade de muitas e muitas pequenas unidades autônomas e, ao mesmo tempo, precisamos da ordem e coordenação de uma unidade de grande escala, talvez até global."

Schumacher, E. F., Small is Beautiful: Economics as if People Mattered. (Nova York: Harper and Row, 1973) p.65.

"Pense globalmente, aja localmente", o slogan promovido pelos ambientalistas e ativistas do desenvolvimento comunitário, apreende uma perspectiva na qual a necessidade de coordenação global geral é cuidadosamente equilibrada com a necessidade de autonomia local e nacional.

9 "Longe de ter em mira a subversão dos alicerces da sociedade existente... (o sistema de governança global) procura alargar sua base e remodelar as instituições de acordo com as necessidades de um mundo sempre em transição. Não pode estar em conflito com nenhuma obrigação legítima nem minar qualquer lealdade essencial. Seu fim não é abafar a chama de um patriotismo são e inteligente no coração dos homens, nem abolir o sistema de autonomia nacional, que é tão indispensável como freio dos males da centralização excessiva. Não desconsidera, tampouco tenta suprimir, as diversidades de origem étnica, climática, histórica, idiomática e de tradição, de pensamento e costumes, que diferenciam os povos e as nações do mundo. Exige uma lealdade mais ampla, uma aspiração maior que qualquer outra que jamais animou a raça humana. Insiste em que os impulsos e os interesses nacionais sejam subordinados às necessidades de um mundo unificado. Repudia a centralização excessiva, por um lado, e, ao mesmo tempo, nega qualquer tentativa de uniformidade." Shoghi Effendi, *The World Order of Bahá'u'lláh*. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1974) pp.41-42.

10 Escrevendo nos anos 30, Shoghi Effendi, que então liderava a comunidade Bahá'í de todo o mundo, esboçou algumas das funções e responsabilidades de um futuro Legislativo mundial. Entre outras coisas, ele escreveu: "um Legislativo mundial, cujos membros, enquanto guardiães de toda a humanidade... adotarão as leis exigidas para regular a vida, satisfazer as necessidades e ajustar os relacionamentos de todas as raças e povos."

Shoghi Effendi, *The World Order of Bahá'u'lláh*. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1974) pp.203.

Esse ponto de vista é compartilhado por estudiosos como Jan Tinbergen, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1969, que afirmou: "Os problemas da humanidade não podem mais ser resolvidos por governos nacionais. O que se precisa é um Governo Mundial. A melhor maneira de chegar a ele é fortalecendo o sistema da ONU."

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1994. *Global Governance for the 21st Century*. (Nova York: Oxford University Press) p.88.

11 Comunidade Internacional Bahá'í. Propostas à ONU para revisão da Carta. 23 de maio de 1955.

12 Em todos os Seus escritos, Bahá'u'lláh usa sempre as expressões "ordem", "ordem mundial" e "nova ordem mundial" para descrever a série contínua e significativa de mudanças na vida política, social e religiosa do mundo. No final da década de 1860, Ele escreveu: "O equilíbrio do mundo foi alterado através da influência vibrante desta nova e mais grandiosa Ordem Mundial. A vida regulada do gênero humano foi revolucionada por meio deste Sistema único, maravilhoso -- cujo igual jamais foi testemunhado por olhos mortais." Bahá'u'lláh, *Kitáb-i-Aqdas*. Traduzido para o inglês por Shoghi Effendi e um comitê do Centro Mundial Bahá'í. (Haifa: Bahá'í World Centre, 1992) (Seleção dos Escritos de Bahá'u'lláh -- Editora Bahá'í do Brasil, 1977) p.91.

13 'Abdu'l-Bahá, *The Secret of Divine Civilization*. Traduzido para o inglês por Marzieh Gail. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1957) p.24.

14 Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD), *States of Disarray: The social effects of globalization*. (Londres: KPC Group, 1995) pp.106-109.

15 Há muitas maneiras pelas quais uma Comissão, ou mesmo o próprio Legislativo Mundial, poderia determinar fronteiras justas e corretas para todas as nações. Mas, por desanimadora que possa parecer essa tarefa, ela é uma parte importante do processo de construção de uma nova ordem. 'Abdu'l-Bahá escreveu: "A verdadeira civilização içará sua bandeira no próprio âmago do mundo em qualquer ocasião em que certo número de seus soberanos eminentes e magnânimos -- os brilhantes exemplares de devoção e determinação -- se levante, com resolução firme e visão clara, para o bem e felicidade de todo o gênero humano, a fim de estabelecer a Causa da Paz Universal. Devem fazer da Causa da Paz objeto de consulta geral e tentar por todos os meios a seu alcance estabelecer uma União das nações do mundo. Devem concluir um tratado irrevogável e estabelecer um convênio cujas cláusulas sejam sãs, invioláveis e bem definidas. Devem proclamá-la ao mundo inteiro e obter para esse convênio a sanção de toda a raça humana. Esse supremo e nobre empreendimento -- verdadeira fonte da paz e do bem-estar do mundo todo -- deve ser considerado sagrado por todos aqueles que habitam a terra. Todas as forças da humanidade devem ser mobilizadas para garantir a estabilidade e permanência desse supremo Convênio. Nesse Tratado tão compreensivo os limites e as fronteiras de cada nação, seriam claramente fixados, os princípios que baseiam as relações entre si seriam definitivamente estabelecidos e todos os convênios e obrigações internacionais seriam averiguados. De igual modo, a quantidade dos armamentos de cada governo deve ser estritamente limitada, pois, se fosse permitido que qualquer nação aumentasse seus preparativos para a guerra, suas forças militares incitaria suspeitas nas outras. O princípio fundamental que baseia esse Pacto solene deve ser de tal modo que, se qualquer governo viesse a violar mais tarde uma de suas provisões, todos os governos da Terra se levantariam para reduzi-la a completa submissão, a humanidade como um todo determinaria empregar todos os meios à sua disposição para destruir tal governo. Se este remédio máximo for aplicado ao seu corpo enfermo, o mundo seguramente se recuperará de todos os seus males e permanecerá eternamente são e salvo."

'Abdu'l-Bahá, *The Secret of Divine Civilization*. Traduzido para o inglês por Marzieh Gail. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1957) pp.64-65. Traduzido para o português por Leonora Stirling Armstrong. (Chamado às Nações, Rio de Janeiro), p. 39-40.

16 De acordo com recente artigo publicado no *New York Times*, em 1994 as doações caritativas nos Estados Unidos cresceram 3,6%, alcançando US\$ 130 bilhões.

Karen W. Arenson, "Charitable Giving Rose 3,6% in 1994, Philantropy Trust Says". *The New York Times*, quinta-feira, 25 de maio de 1995, sex. A, p.22.

17 "A respeito da questão de um Idioma Internacional... Nós, como bahá'ís, estamos ansiosos para ver um idioma universal auxiliar adotado o mais cedo possível; não advogamos nenhuma língua específica para ocupar esse posto. Se os governos do mundo concordarem com o uso internacional de qualquer língua existente ou a ser criada, nós a apoiaremos de todo coração pois desejamos que esse passo

para a unificação da raça humana ocorra com a maior brevidade possível."

Shoghi Effendi, *Directives of the Guardian*. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust) p.39.

Ao fazer esta proposta, gostaríamos de chamar a atenção para o adjetivo "auxiliar". Os ensinamentos bahá'ís valorizam e promovem a diversidade cultural, não a uniformidade. Neste estágio da História, não imaginamos impor um único idioma ao mundo todo. Pelo contrário, o que imaginamos é que os povos e nações conservem suas próprias línguas locais e nacionais -- sendo, ao mesmo tempo, encorajados a aprender um idioma universal. Por certo que esse idioma universal acabaria por ser ensinado como matéria obrigatória em todas as escolas do mundo. Mas isso não iria, de modo algum, depreciar as legítimas expressões das línguas nacionais e locais e da diversidade cultural.

18 "Aproxima-se o dia em que todos os povos do mundo terão adotado um idioma universal e uma escrita comum", escreveu Bahá'u'lláh no final do século passado. "Quando isto for realizado, não importa a que cidade um homem viajar, será como se estivesse entrando em sua própria casa."

Shoghi Effendi, trad., *Gleanings from the Writings of Bahá'u'lláh* (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1983) p.250. (Seleção dos Escritos de Bahá'u'lláh -- Editora Bahá'í do Brasil, 1977, p.158)

19 Em uma "contribuição especial" ao Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994, James Tobin, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1981, observa que "uma única moeda permanente" eliminaria grande parte, se não toda a turbulência atualmente associada à imensa quantidade de especulação cambial nos mercados mundiais. Observando que essa moeda mundial única talvez ainda esteja muito distante, ele propõe como medida temporária um "imposto uniforme internacional" sobre transações à vista com moeda estrangeira.

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1994. *A Tax on International Currency Transactions*. (Nova York: Oxford University Press) p.70.

20 O princípio da segurança coletiva foi esboçado por Bahá'u'lláh há mais de cem anos em cartas aos reis e governantes do mundo: "Uní-vos, ó reis da Terra, pois assim a tempestade da discórdia se aquietará entre vós e vosso povo encontrará sossego -- se sois dos que compreendem. Se alguém dentre vós lançar mão de armas contra outro, levantai-vos todos contra ele, pois isso nada mais é que justiça manifesta."

Shoghi Effendi, trad., *Gleanings from the Writings of Bahá'u'lláh* (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1976) p.254. (Seleção dos Escritos de Bahá'u'lláh -- Editora Bahá'í do Brasil, 1977) p.161.

21 Relatório do Grupo de Trabalho Independente sobre o Futuro das Nações Unidas. *The United Nations in its Second Half-Century*. (Yale University Press Service, 1995) p.16.

22 Fundação Glenview, *The Stassen Draft Charter for a New United Nations to Emerge from the Original, to Serve World Peace and Progress for the Next Forty Years*. (Filadélfia: Glenview Foundation, 1985)

Grenville Clark e Louis B. Sohn, *World Peace Through World Law* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1966)

Keith Hindell, "A reforma da ONU?" em *The World Today: Journal of the Royal Institute of International Affairs* (Reino Unido, fevereiro de 1992) vol.48, número 2, pp.30-33.

John Logue, "A Nova Ordem Mundial significa uma ONU reformada", *World Federalist News*, julho de 1992.

Benjamin B. Ferencz e Ken Keyes Jr., *Planethood: The Key to Your Future* (Coos Bay, Oregon: Love Line Books, 1991)

Boutros-Ghali, Boutros. 1992. Uma Agenda para a Paz: Pacificação e Manutenção da Paz. Relatório do Secretário-Geral, em conformidade com a declaração adotada pelo encontro de cúpula do Conselho de Segurança, 31 de janeiro, Nova York: Organização das Nações Unidas.

23 Isso não quer dizer que os passos para banir essas armas devem esperar pelo pleno desenvolvimento e disposição dessa Força. Apoiamos de todo coração os atuais passos para renovar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e estabelecer firmemente um banimento total dos testes nucleares, bem como quaisquer outros esforços para eliminar as armas nucleares, químicas e/ou biológicas. Do mesmo modo, esforços mais firmes devem ser feitos para restringir e controlar as armas convencionais, como as minas, que matam indiscriminadamente.

24 Mahhub ul Haq, 1994. Conselheiro sênior da Administração do PNDU. Líder do grupo que prepara os relatórios anuais do PNDU sobre o desenvolvimento humano que trouxeram, nos anos recentes, novas visões para a teoria e a prática do desenvolvimento, incluindo um novo conceito de segurança humana.

25 Erskine Childers, ed., *Challenges to the United Nations: Building a Safer World*. (Nova York: St. Martin's Press, 1994) pp.21-25

26 John Huddleston, *The Search for a Just Society*. (Kidlington, Oxford: George Ronald, 1989)

27 Há cerca de 75 anos, 'Abdu'l-Bahá ofereceu as seguintes sugestões para uma futura corte mundial: "As assembleias nacionais de cada país e nação -- ou seja, os parlamentos -- devem eleger duas ou três pessoas que sejam as mais excelentes da nação -- pessoas que estejam bem informadas no que concerne às leis internacionais e às relações entre os governos, e conscientes das necessidades essenciais do mundo atual. O número desses representantes deve ser proporcional à população de cada país. A eleição dessas almas escolhidas pela assembleia nacional, isto é, pelo parlamento, tem de ser confirmada pela câmara alta, pelo congresso e pelo ministério, bem como pelo presidente ou monarca, de modo que essas pessoas sejam os eleitos de toda a nação e do governo. Dentre essas almas o Supremo Tribunal será eleito, e assim toda a humanidade nele terá participação, pois cada um desses delegados é plenamente representativo de sua

nação. Ao tomar o Supremo Tribunal uma deliberação sobre qualquer questão internacional, seja por unanimidade, seja por maioria, não mais haverá pretexto para o querelante, nem fundamento para objeção por parte do réu. Se qualquer governo ou nação for negligente ou dilatório no cumprimento da irrefutável decisão do Supremo Tribunal, contra ele erguer-se-ão todas as demais nações porquanto todos os governos e nações do mundo são os apoiadores dessa Corte Máxima. Considerai que alicerce forte é esse! A uma Liga limitada e restrita, porém, não será possível levar a efeito este propósito como cumpre e é necessário."

Selections from the Writings of 'Abdu'l-Bahá. Compilado pelo Departamento de Pesquisa da Casa Universal de Justiça. Traduzido para o inglês por um Comitê no Centro Mundial Bahá'í e por Marzieh Gail. (Grã-Bretanha: W & J Mackay Ltd., 1978) pp.306-307. (Seleção dos Escritos de 'Abdu'l-Bahá -- Editora Bahá'í do Brasil, 1993), p.279.

28 No momento presente, por exemplo, a jurisdição da Corte é limitada a: 1) casos submetidos conjuntamente pelas partes, por acordo especial; 2) assuntos referentes a um tratado ou convenção em vigor, que estipule a submissão à Corte; e 3) classes específicas de disputas legais entre Estados, para as quais eles tenham reconhecido como compulsória a jurisdição da Corte.

Europa World Yeark Book 1994. Vol. I, International Court of Justice, p.22.

29 Gleanings from the Writings of Bahá'u'lláh. Tradução para o inglês de Shoghi Effendi. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1983) p.260. (Seleção dos Escritos de Bahá'u'lláh -- Editora Bahá'í do Brasil, 1977), p.164.

"O requisito primário, o mais urgente, é a promoção da educação: É inconcebível que qualquer nação para alcançar prosperidade e sucesso a menos que leve a efeito esta questão suprema e fundamental. A principal razão do declínio e queda dos povos é a ignorância. Hoje, o povo em geral está ignorante mesmo em relação aos assuntos comuns, quão menos pode ele compreender o âmago dos importantes problemas e das complexas necessidades desta época". (Educação Bahá'í: uma Compilação - Excertos dos Escritos de Bahá'u'lláh, 'Abdu'-Bahá e Shoghi Effendi), p. 28.

'Abdu'l-Bahá, The Secret of Divine Civilization. Traduzido para o inglês por Marzieh Gail. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1957) p.109.

"Essa mesma diferença é perceptível entre os animais; alguns foram domesticados e treinados, outros permanecem em estado selvagem. A prova é clara de que o mundo da natureza é imperfeito, enquanto o mundo da educação é perfeito. Ou seja, o homem é resgatado das exigências da natureza pelo treinamento e cultura; conseqüentemente, a educação é necessária, obrigatória. Mas há vários tipos de educação. Existe um treinamento e desenvolvimento do corpo físico que assegura força e crescimento. Existe educação intelectual ou treinamento mental e para isso as escolas e colégios foram criados. O terceiro tipo de educação é o do espírito. Através do sopro do Divino Espírito, o homem é elevado ao mundo da moralidade e iluminado pelas luzes das dádivas divinas. O mundo moral só é alcançado através do resplendor do Sol da Realidade e da inspiração do espírito divino."

'Abdu'l-Bahá, em Palestra proferida em St. Paul a 20 de setembro de 1912. The Promulgation of Universal Peace, p.329-330.

30 Os governos e seus parceiros devem ter em mente que a igualdade material não é alcançável nem desejável. A igualdade absoluta é uma quimera. Contudo, em vários pontos ao longo do caminho haverá a necessidade de se redistribuir algumas das riquezas do mundo. Pois, na verdade, torna-se cada vez mais evidente que o capitalismo desenfreado tampouco oferece a resposta. Alguma regulamentação e redistribuição serão necessárias para promover a justiça material. A esse respeito, um imposto sobre a renda é, em princípio, um dos meios mais justos e eqüitativos. Também deve haver espaço para o compartilhamento voluntário de riquezas -- tanto a nível individual como a nível institucional. As oportunidades iguais para avanço e progresso econômico, no entanto, devem permear o próprio tecido da nova ordem. Em última análise, a regulamentação mais importante sobre qualquer sistema econômico é a regulamentação moral que começa no coração e na mente dos povos.

31 A criação da Global Environment Facility (GEF) é um louvável primeiro passo na direção correta e poderá ser útil a longo prazo, como uma das ferramentas básicas para o financiamento da Agenda 21, se sua escala operacional for ampliada e redefinido seu mandato.

32 Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Declaração de Viena e Programa de Ação. 14-25 de junho de 1993. Viena, Áustria.

33 Uma abordagem mais ampla deste conceito pode ser encontrada em "A Prosperidade da Humanidade", uma declaração da Comunidade Internacional Bahá'í, Escritório de Informação Pública, publicada em fevereiro de 1995: "A atividade mais intimamente ligada à consciência, a qual distingue a natureza humana, é a investigação individual da realidade. A liberdade de investigar o propósito da existência e desenvolver os atributos da natureza humana, que tornam esse propósito alcançável, precisa ser protegida. Os seres humanos precisam ser livres para conhecer. O fato de tal liberdade ser freqüentemente abusada e de tal abuso ser flagrantemente encorajado por certas características da sociedade contemporânea não diminuem, de modo algum, a validade do impulso em si.

"É esse notável impulso da consciência humana que provê o imperativo moral para a enunciação de muitos dos direitos consagrados na Declaração Universal e nos Acordos correlatos. Educação universal, livre trânsito, acesso à informação e oportunidade de participar da vida política são todos aspectos de seu funcionamento que exigem garantias explícitas por parte da comunidade internacional. O mesmo é verdadeiro quanto à liberdade de pensamento e crença, incluída aí a liberdade religiosa, bem como o direito de ter opiniões e expressá-las adequadamente.

"Uma vez que o conjunto da humanidade é uno e indivisível, cada membro da raça humana nasce neste mundo como um guardião do todo. Essa custódia constitui o fundamento moral da maioria dos outros direitos -- principalmente os econômicos e sociais -- que os instrumentos da ONU também estão tentando definir. A segurança da família e do lar, o direito à propriedade e o direito à privacidade estão todos implícitos nessa custódia. As obrigações por parte da comunidade estendem-se à oferta de empregos, cuidados com a saúde mental e física, previdência social, salários justos, repouso e lazer, e mais uma infinidade de outras expectativas razoáveis por parte dos membros individuais da sociedade.

"O princípio da custódia coletiva também cria, para cada pessoa, o direito de esperar que as condições culturais essenciais à sua

identidade tenham a proteção de leis nacionais e internacionais. À semelhança do papel desempenhado pelo pool genético na vida biológica da humanidade e de seu meio ambiente, a imensa riqueza de diversidade cultural conquistada ao longo de milhares de anos é vital para o desenvolvimento sócioeconômico de uma raça que experimenta sua entrada coletiva na maioridade. Essa diversidade cultural representa uma herança que deve ter a oportunidade de produzir seus frutos numa civilização global. Por um lado, é preciso proteger as expressões culturais contra o estrangulamento causado pelas influências materialistas que hoje predominam. Por outro, as culturas devem ser capazes de interagir umas com as outras dentro de padrões de civilização em constante transformação, livres de qualquer manipulação para fins políticos sectários."

Comunidade Internacional Bahá'í, Escritório de Informação Pública, *The Prosperity of Humankind* (Haifa, Bahá'í World Centre, 1995). (A Prosperidade da Humanidade -- Editora Bahá'í do Brasil, 1995), pp.7-8.

34 Em última análise, o respeito pelos direitos humanos deve começar na família: "Comparemos as nações do mundo aos membros de uma família. Uma família é uma nação em miniatura. Simplesmente ampliemos o círculo do lar e teremos a nação. As condições que envolvem a família envolvem a nação. Os acontecimentos na família são os acontecimentos na vida da nação. Seria acaso um fator de progresso e avanço de uma família se surgissem dissensões entre seus membros, todos brigando, roubando uns aos outros, sentindo inveja, vingando-se de ofensas, buscando vantagem própria? Não, isso causaria a extinção de seu progresso e avanço. O mesmo ocorre na grande família de nações, pois as nações nada mais são que um agregado de famílias. Portanto, assim como a discórdia e a dissensão destróem uma família e impedem seu progresso, também as nações são destruídas e seu avanço obstruído."

'Abdu'l-Bahá, *The Promulgation of Universal Peace: Talks Delivered by 'Abdu'l-Bahá during His Visit to the United States and Canada in 1912*. Howard MacNutt, org. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1982) p.157.

35 "Quando toda a humanidade tiver a mesma oportunidade de educação e se perceber a igualdade de homens e mulheres, as causas da guerra serão totalmente eliminadas. Sem igualdade, isso será impossível, pois todas as diferenças e distinções conduzem à discórdia e à luta. A igualdade entre homens e mulheres conduz à abolição da guerra, uma vez que as mulheres nunca estarão dispostas a sancioná-la. As mães não darão seus filhos em sacrifício no campo de batalha após vinte anos de ansiedade e amorosa devoção para criá-los desde a infância, não importa qual a causa que eles sejam chamados a defender. Não há a menor dúvida de que, quando as mulheres obtiverem igualdade de direitos, a guerra deixará de existir entre a raça humana."

'Abdu'l-Bahá, *The Promulgation of Universal Peace*. Howard MacNutt, org. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1982) p.174-175.

36 "Saiba-se uma vez mais que até que a mulher e o homem reconheçam e percebam a igualdade, não será possível nenhum progresso social e político, nem aqui nem em qualquer outro lugar. Pois o mundo humano consiste de duas partes ou membros: um é a mulher; o outro, o homem. Até que esses dois membros sejam iguais em força, a unidade da humanidade não pode ser estabelecida e a felicidade da raça humana não será uma realidade. Pela vontade de Deus, assim será." De uma Palestra de 'Abdu'l-Bahá à Federação de Clubes Femininos, Chicago, Illinois, 2 de maio de 1912.

'Abdu'l-Bahá, *The Promulgation of Universal Peace*. Howard MacNutt, org. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1982) p.77.

37 "O mundo, até agora foi governado pela força e o homem dominou a mulher por causa de suas qualidades mais fortes e agressivas tanto de corpo como de mente. Mas o equilíbrio já está se deslocando -- a força perde seu peso, enquanto a vivacidade mental, a intuição e as qualidades espirituais de amor e serviço, nas quais a mulher é forte, ganham ascendência. Por isso, a nova era será uma era menos masculina e mais permeada com os ideais femininos -- ou, para falar com mais exatidão, será uma era na qual os elementos masculinos e femininos da civilização estarão mais equilibrados."

'Abdu'l-Bahá, citado por John E. Esslemont em *Bahá'u'lláh and the New Era*, p.156, quarta edição revisada, 1976, Wilmette, Ill.: Bahá'í Books, publicado por Pyramids Publications para o Bahá'í Publishing Trust. (Baha'u'lláh e a Nova Era, sétima edição, 1984, Editora Bahá'í do Brasil) p.135.

38 Este princípio, de que as mulheres e meninas devem ter prioridade sobre os homens e meninos no acesso à educação, tem sido um princípio duradouro nos ensinamentos Bahá'ís. Falando em 1912, 'Abdu'l-Bahá disse: "Ao proclamar a unidade da humanidade, (Bahá'u'lláh) ensinou que homens e mulheres são iguais aos olhos de Deus e que não há nenhuma distinção a ser feita entre eles. A única diferença entre eles é devida à falta de educação e treinamento. Se a mulher receber igual oportunidade de educar-se, toda distinção e idéia de inferioridade irão desaparecer... Além disso, a educação das mulheres tem importância muito maior que a educação dos homens, pois elas são as mães da raça, e as mães criam os filhos. O primeiro professor dos filhos é sua mãe. Portanto, as mulheres devem ser eficientemente treinadas para educar seus filhos e filhas. Há muitas indicações nas palavras de Bahá'u'lláh a respeito deste assunto. "Ele promulgou a adoção do mesmo curso de educação para o homem e a mulher. Filhas e filhos devem seguir o mesmo currículo de estudos, assim promovendo a unidade dos sexos."

'Abdu'l-Bahá, *The Promulgation of Universal Peace*. Howard MacNutt, org. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1982) p.174-175.

39 Lawrence H. Summers, vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, *Investing in All the People*. 1992. Ver também USAID, 1989: *Technical Reports in Gender and Development. Making the Case for the Gender Variable: Women and the Wealth and Well-being of Nations*. Office of Women in Development.

40 *Selections from the Writings of 'Abdu'l-Bahá*. Compilado pelo Departamento de Pesquisa da Casa Universal de Justiça. Traduzido para o inglês por um Comitê no Centro Mundial Bahá'í e por Marzieh Gail. (Grã-Bretanha: W & J Mackay Ltd., 1978) pp.302. (Seleção dos Escritos de 'Abdu'l-Bahá -- Editora Bahá'í do Brasil, 1993) p.275.

41 *As Estratégias do Futuro para o Avanço das Mulheres*, de Nairóbi. Conforme adotadas pela Conferência Mundial para Revisão e Avaliação das Conquistas da Década da Mulher das Nações Unidas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Nairóbi, Quênia, 15-26 de julho

de 1985.

42 Selections from the Writings of 'Abdu'l-Bahá. Compilado pelo Departamento de Pesquisa da Casa Universal de Justiça. Traduzido para o inglês por um Comitê no Centro Mundial Bahá'í e por Marzieh Gail. (Grã-Bretanha: W & J Mackay Ltd., 1978) pp.303. (Seleção dos Escritos de 'Abdu'l-Bahá -- Editora Bahá'í do Brasil, 1993) pp.276/277.

43 A declaração multicongregacional intitulada "Por uma ética global", que foi produzida por uma assembléia de líderes religiosos e espirituais de praticamente todas as grandes religiões e movimentos espirituais do mundo no Parlamento das Religiões Mundiais, realizado em 1993 em Chicago, sugere que é realmente possível para as religiões do mundo encontrarem vários pontos comuns a este respeito. A declaração diz: "Afirmamos que um conjunto comum de valores essenciais é encontrado nos ensinamentos das religiões, e que estes formam a base de uma ética global... Já existem antigas orientações para o comportamento humano, que são encontradas nos ensinamentos das religiões do mundo e que são a condição para uma ordem mundial sustentável."

44 A Regra de Ouro, o ensinamento de que devemos tratar os outros assim como gostaríamos de ser tratados, é uma ética que se repete, com variações, em todas as grandes religiões:

Budismo: "Não firas os outros de um modo que não gostarias de ser ferido." Udana-Varqa 5:18

Zoroastrismo: "Aquele natureza só é boa quando não faz ao outro aquilo que não é bom para ela própria." Dadistan-i Dinik 94:5

Judaísmo: "O que te é odioso, não faças ao teu semelhante. Esta é toda a Lei, o resto é comentário." Talmude, Shabbat 31a

Hinduísmo: "Esta é a soma de toda a verdadeira virtude: trate os outros tal como gostarias que eles te tratassem. Não faças ao teu próximo o que não gostarias que ele depois fizesse a ti." Mahabharata

Cristianismo: "O que quereis que os homens vos façam, fazei-o também a eles." Lucas 6:31

Islamismo: "Nenhum de vós é um crente até que deseje a seu irmão aquilo que deseja para si mesmo." Sunnah

Taoísmo: O homem superior "deve apiedar-se das tendências malignas dos outros; olhar os ganhos deles como se fossem seus próprios, e suas perdas do mesmo modo." Thai-Shang

Confucionismo: "Eis por certo a máxima da bondade: Não faças aos outros o que não queres que façam a ti." Analectos XV, 23

Fé Bahá'í: "Não desejar para os outros o que não deseja para si próprio, nem prometer aquilo que não pode cumprir." Gleanings

45 Shoghi Effendi, The World Order of Bahá'u'lláh. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1938) p.202.

46 Bahá'u'lláh, The Proclamation of Bahá'u'lláh. (Haifa: Bahá'í World Centre, 1978) p.113

47 Bahá'u'lláh, Tablets of Bahá'u'lláh. Compilado pelo Departamento de Pesquisa da Casa Universal de Justiça. Traduzido para o inglês por Habib Taherzadeh, com a assistência de um Comitê no Centro Mundial Bahá'í. (Haifa: Bahá'í World Centre, 1982) p.167

48 A Comissão de Governança Global escreve: "À medida que o mundo enfrenta a necessidade de respostas esclarecedoras para os desafios que se erguem ao despontar do novo século, preocupamo-nos com a falta de liderança em um amplo espectro de assuntos humanos. Aos níveis nacional, regional e internacional, dentro das comunidades e organizações internacionais, nos governos e nos órgãos não-governamentais, o mundo precisa de liderança confiável e contínua.

"O mundo precisa de liderança que aja e não apenas reaja, que seja inspirada e não apenas funcional, e que olhe para o prazo mais longo e as gerações futuras em cujo nome o presente é mantido em custódia. O mundo precisa de líderes fortalecidos pela visão, sustentados pela ética e revelados pela coragem política que vê além da próxima eleição.

"Não pode ser uma liderança confinada às fronteiras nacionais. Ela deve alcançar além do país, da raça, da religião, da cultura, da língua, do estilo de vida. Deve abranger um eleitorado humano mais amplo, ser infundida com um senso de interesse pelos outros, um senso de responsabilidade para com a vizinhança global."

Relatório da Comissão de Governança Global, Our Global Neighborhood. (Nova York: Oxford University Press, 1995) p.353

49 Gleanings from the Writings of Bahá'u'lláh. Traduzido para o inglês por Shoghi Effendi. (Wilmette, Ill.: Bahá'í Publishing Trust, 1976) p.7. (Seleção dos Escritos de Bahá'u'lláh -- Editora Bahá'í do Brasil, 1977), p.67.

FIM